

Feijoada na lenha: receita de resistência da comunidade do Quilombo do Grotão, em
Niterói/RJ¹

Rodrigo Vilhena Herdy Afonso (UFF/RJ)
Camila Aguiar Lins do Nascimento (UFF/RJ)

Palavras-chave: quilombo, resistência, permanência.

Introdução

O presente artigo pretende explorar como a família Bonfim passou a se identificar enquanto Quilombo do Grotão, tendo encontrado em seu “quintal” e em uma antiga receita de família, a feijoada cozida na lenha, uma forma de reativar e resgatar memórias coletivas e de resistir aos processos de desterritorialização promovidos, antes, pela especulação imobiliária e, atualmente, por políticas ambientais.

Após mais de um século vivendo em seu sítio, nas encostas da Serra da Tiririca, que atualmente está inserida no Parque Estadual homônimo, a trajetória da comunidade familiar do Quilombo do Grotão acompanhou a transformação do espaço rural em espaço urbano e suas consequências no fazer/viver da comunidade.

Diante das diuturnas ameaças de remoção, buscaram, em um primeiro momento, reunir aliados na luta pela resistência e enxergaram em seu “quintal” o lugar propício à reunião e na feijoada na lenha um elemento agregador capaz de ativar antigas alianças com outras comunidades tradicionais da região, mas também trazer novos aliados como pesquisadores, universidades e partidos políticos.

Desta forma, a feijoada era, inicialmente, servida aos participantes das reuniões convocadas para organizar a resistência e a luta pela permanência em seu lugar, resultando em uma relação de sucesso. Quando a comunidade se viu diante de dificuldades financeiras para registrar formalmente a sua associação comunitária, elemento visto como tático para a permanência da comunidade, passaram a comercializar a feijoada na lenha como forma de angariar os recursos necessários, adicionando as rodas de samba para “atrair” um público cada vez maior.

Atualmente, as rodas de samba no Quilombo do Grotão são eventos culturais reconhecidos e inseridos no “circuito do samba” do Rio de Janeiro e que recebem

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

sambistas bambas e novatos, consolidando-se como espaço de reprodução e fortalecimento da cultura negra, enquanto a comercialização da feijoada na lenha pela comunidade do Quilombo do Grotão consolidou-se como importante fonte de renda para os membros da comunidade.

Interessante notar que a reativação do “quintal” enquanto lugar de afeto e memórias, assim como o resgate da tradicional receita, aparecem na trajetória da comunidade do Grotão como elementos capazes de acionar a “tradicionalidade” da comunidade, mas que no percurso dessa trajetória tais elementos vão sendo percebidos como resgate da cultura negra e se constituíram como elementos de tomada de consciência da própria realidade enquanto relacionada aos processos mais amplos de exploração dos quais os povos negros foram alvo no Brasil, conduzindo a uma espécie de ressurgência da identidade quilombola capaz de fazer frente a remoção compulsória, ao mesmo tempo que oferece a esperança do reconhecimento da ocupação permanente.

A trajetória do Quilombo do Grotão

As narrativas locais sobre as origens do que hoje vem a ser a comunidade do Quilombo do Grotão remontam à quando Manoel *Bonfim* e Dona *Fia*, descendentes de negros escravizados, concluíram sua *travessia sertaneja* do Estado de Sergipe para a Fazenda Engenho do Mato, no início do século XX, mais precisamente na década de 1920, onde se estabeleceram para trabalhar na qualidade de *colonos*.

Na década de 1940, a Fazenda se encontrava em dificuldades financeiras e, na tentativa de evitar a falência, sua proprietária, Irene Lopes Sodré, passa a ir vendendo parcelas de suas terras aos seus trabalhadores em troca da produção agrícola. No caso da família Bonfim, o *acordo* previa um quinhão de terra em contrapartida ao trabalho de agricultura de banana a ser realizado naquelas terras e a meação daquela produção. Estas glebas eram localmente chamadas de *sítios* e seus ocupantes de *sitiantes*. Sendo assim, portanto, o lugar passou a ser localmente conhecido como Sítio Manuel Bonfim.

Nesta primeira fase histórica, a lavoura é uma atividade familiar, embora também contasse com trabalhadores de fora da comunidade. Eram cultivadas grandes variedades de produtos agrícolas que eram levados em burros para serem comercializados nos diversos mercados rurais de Niterói, principalmente no Largo da Batalha, sendo um importante fornecedor de alimentos para os núcleos urbanos em franco crescimento, além de representar um meio de sustento para a família Bonfim.

Em 1939, a Fazenda Engenho do Mato já havia sido desmembrada em duas metades. Enquanto uma metade foi logo vendida e loteada, a outra metade, pertencente a Irene Lopes Sodré, dedicou-se principalmente à produção de tijolos, até 1947, quando de seu falecimento e posterior decretação de falência da Fazenda, tendo sido sua massa falida incorporada pela empresa de loteamentos “Empreza de Terras Brasileiras Terrabraz Ltda” (Terrabraz), que tratou de desenhar e comercializar lotes de terrenos, até a também decretação de sua falência, em 1962 (MENDONÇA, 2008).

Acontece que muitos desses lotes comercializados pela Terrabraz já estavam ocupados há décadas por famílias de *sitiantes*, como a de Manuel Bonfim. A morte de Irene Lopes Sodré e a revenda das terras à empresa Terrabraz por seus herdeiros constituem um marco histórico para o Quilombo do Grotão, vez que, tais acontecimentos aparecem na narrativa dos membros da comunidade como a primeira tentativa de remoção dos *sitiantes*, em 1955, os quais conseguiram se organizar e resistir na defesa do território.

Durante as décadas de 1940 e 1950, os conflitos fundiários se intensificaram na região, tornando-se parte da cotidianidade da família Bonfim e demais *sitiantes*, ao ponto do conflito se materializar em episódios de violência, como incêndios criminosos das plantações dos *sitiantes* e outras arbitrariedades e ameaças, tais como a derrubada de bananeiras e mamoeiros plantados pelos *sitiantes* (PEREIRA, 1962).

Diante desta situação de insegurança e incerteza e primando pela questão social e agrária, muito cara às *reformas de base* planejadas pelo Governo Federal de João Goulart, o Governo Estadual de Roberto Silveira, então influente político e ex-prefeito de Niterói, promoveu, no início da década de 1960, um Plano de Ação Agrária que representava a ideia de uma reforma agrária ainda incipiente no país.

Neste contexto, o Plano de Ação Agrária da Fazenda Engenho do Mato foi desenvolvido pelo governo estadual como política pública que tinha por objetivo resolver por definitivo a questão dos *sitiantes* que, naquele momento, já tinham a posse de frações da Fazenda há décadas, tendo adquirido a referida posse através de relações patronais comuns no campo e como forma de pagamento em retribuição ao trabalho realizado nas lavouras da Fazenda, e que encontravam-se em situação de conflito fundiário com os compradores de lotes.

No ano seguinte, o Plano de Ação Agrária começou a ser implementado nas áreas da parte sul da antiga Fazenda com o objetivo de formar o primeiro Grupo de Trabalho Agrícola do Estado do Rio de Janeiro, tendo por base o levantamento

realizado por Irênio de Mattos Pereira (1962) intitulado “*Plano de Ação Agrária: estudo sobre a fazenda Engenho do Mato*”, que indicou de forma precisa os beneficiários como sendo aqueles trinta posseiros/*sitiantes* remanescentes no local, agregados da antiga Fazenda, e suas famílias que, juntas, somavam cento e trinta e quatro filhos. Elaborou relação que os identificava, indicava a extensão de suas terras que, no total, tinham setenta e quatro alqueires, e sinalizava o tempo de ocupação, que variava entre quatro e quarenta e dois anos, além de descrever as áreas que ocupavam e as lavouras em que trabalhavam.

Especificamente sobre a família Bonfim e seu *sítio*, consta o registro de Manoel Lisboa da Costa Filho na relação de posseiros, então com nove filhos e três alqueires de terra, além de constar também o tempo de ocupação de dezoito anos, portanto desde 1944. Também encontramos Manoel Bonfim, o patriarca da família, ao centro e no primeiro plano de uma fotografia de um grupo de *posseiros*, com dois de seus filhos logo atrás de seus ombros, um deles sendo Manoel Lisboa da Costa Filho.

Acontece que o então governador Roberto Silveira morre prematuramente em decorrência de um acidente de helicóptero em fevereiro de 1961 e, três anos mais tarde, João Goulart é deposto pelo Golpe de 1964 e substituído por uma Junta Militar avessa às políticas de reforma agrária, ruptura que levou o Plano de Ação Agrária da Fazenda Engenho do Mato a ficar incompleto.

Como as ações previstas no Plano não tiveram continuidade, os conflitos fundiários se arrastaram no tempo, deixando o local em uma situação fundiária caótica. O assédio sobre os *sitiantes* se intensificou muito devido a valorização imobiliária da região na década de 1970, sendo pressionados tanto pelo grupo que arrematou a massa falida da Terrabraz, quanto por compradores de lotes da referida empresa, mas também por invasores e grileiros, de modo que muitos *sitiantes* acabaram vendendo suas terras para grupos de maior poder aquisitivo, de modo que, quando, em 1982, se iniciou o processo judicial de desapropriação dos lotes ainda remanescentes e, portanto, não ocupados, da metade sul da antiga Fazenda Engenho do Mato, já havia ocorrido uma redução significativa das terras do Sítio Manuel Bonfim decorrente da especulação imobiliária na região (PELÁEZ, 2016).

Sendo assim, entre as décadas de 1960 e 1970, Manoel Lisboa, filho de Manoel Bonfim, herdou esta luta de resistência pela terra e assumiu as atividades na lavoura após a morte do pai, mantendo as roças com a ajuda de familiares, ainda que alguns deles tivessem saído da comunidade, tendo, inclusive, modernizado o escoamento da

produção, que passou a ser gradativamente feita por caminhão para os diversos mercados rurais de Niterói.

Este período caracterizado pela produção agrícola e pela defesa da terra ficou também marcado pelo estreitamento das relações sociais com outras comunidades próximas, tais como a comunidade de pescadores artesanais da praia de Itaipu e a comunidade do Morro das Andorinhas. Estas relações se iniciaram com a comercialização ou troca de produtos agrícolas por pescado, por exemplo, e foram paulatinamente se desenvolvendo como relações de proximidade, familiaridade, afinidade e amizade, traduzidas em convites mútuos para as festas familiares e comunitárias, além do compartilhamento de momentos de lazer, como jogos de futebol, constituindo-se ao longo do tempo como um movimento de *tecer amizade*, conceito trabalhado por Perutti (2015) e central na trajetória da comunidade do Grotão.

Entretanto, o tempo da produção e comercialização agrícola sofreu um revés quando Manoel Lisboa teve que parar de trabalhar na roça devido a um acidente que o impossibilitou de continuar estas atividades, tendo passado a trabalhar como zelador em uma escola, mantendo o corte de lenha para as padarias do entorno como forma de complementar a renda.

Após a morte de Manoel Lisboa da Costa Filho, em 1986, ocorre uma espécie de êxodo, caracterizado pelo esvaziamento das atividades rurais e pela saída de alguns integrantes da comunidade, que passam a se ocupar de diversos ofícios. Neste contexto, a chegada da polícia florestal, na segunda metade da década de 1980, foi responsável por acelerar este processo até praticamente cessar a produção agrícola e de carvão. A proibição do trabalho na lavoura, introduzida pela polícia florestal sob argumento de dano ecológico, abalou significativamente as práticas econômicas locais, marcando uma segunda fase histórica na comunidade, caracterizada pela busca de trabalho no meio urbano, fora da comunidade, e pelo consequente distanciamento dos integrantes da família do sítio Manoel Bonfim, traduzindo-se na falta de envolvimento da comunidade na luta pela manutenção das terras (PELÁEZ, 2016).

Os relatos da comunidade contam que, em 1985, um *sitiante* vizinho do Sítio Manoel Bonfim, permitiu que um grupo de pesquisadores se estabelecesse em seu sítio para realizar uma pesquisa sobre a quantidade de chuvas na Serra do Mar e que, a partir do contato direto daqueles pesquisadores com a Serra da Tiririca, teriam eles pensado que aquele espaço deveria ser um lugar especialmente protegido, iniciando uma campanha pública pela criação de um parque natural. As características naturais do local

começavam a ganhar cada vez mais importância e visibilidade, passando a ser um sujeito de direitos, o meio-ambiente, que deveria ser institucionalizado na figura das unidades de conservação da natureza.

O fato é que a chegada do meio ambiente demarca uma terceira fase histórica na trajetória do Quilombo do Grotão. Isso porque, se antes sua permanência naquelas terras estava ameaçada pela especulação imobiliária, agora não somente suas práticas ligadas à agricultura e extrativismo estavam legalmente vedadas em nome da proteção ao meio-ambiente materializado no Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET), intensificando ainda mais o êxodo iniciado após a morte de Manoel Lisboa da Costa Filho, mas também a própria permanência da comunidade voltava a estar ameaçada, porém a ameaça agora era reflexo das políticas ambientais implementadas localmente, uma vez que o regime de proteção integral, escolhido para afetar uma área *in casu* ainda a ser definitivamente definida, não admite o uso direto dos recursos naturais, nem mesmo a permanência humana.

Embora não tenha havido ameaças concretas de *desintrução* (remoção) da comunidade do Grotão até que o perímetro definitivo do PESET estivesse estabelecido, visto que o parque estava “em fase de implantação” até 2007, quando da promulgação da Lei Estadual nº 5.079/2007, que estabeleceu seu perímetro definitivo e incluiu o Morro das Andorinhas, desde o início dos anos 2000, com o progressivo avanço da implantação e consolidação do Parque e com a promulgação da lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), os *sitiantes* do Engenho do Mato enfrentam novas ameaças de remoção sob o argumento dos direitos difusos ao meio ambiente e preservação da biodiversidade.

O caso emblemático da comunidade de pescadores artesanais do Sítio das Jaqueiras, localizada no Morro das Andorinhas, é tido como um marco para o processo de (re)organização da comunidade do Grotão. A comunidade do Morro das Andorinhas sofreu contundentes ameaças e tentativas de remoção, inclusive com a tomada de ações violentas por parte do poder público, como foi o caso da demolição, em 2002, da casa centenária do patriarca daquela comunidade pela Prefeitura de Niterói, em cumprimento a uma decisão judicial liminar (provisória) proferida no âmbito de uma Ação Civil Pública que tratava de denúncia de favelização no Morro das Andorinhas (NASCIMENTO, 2019).

Renatão, principal porta voz e líder da comunidade do Grotão, considera que esse acontecimento – a demolição da casa no Morro das Andorinhas – foi o que revelou,

para a comunidade do Grotão, o caráter iminente das remoções na Serra da Tiririca, tendo sido o que motivou a organização da resistência pela permanência. Foi, também, desse modo que os *sitiantes* passaram a mobilizar a ancestralidade da sua ocupação como um recurso de permanência no território.

O primeiro movimento de organização dos *sitiantes* consistiu em buscar acompanhar de perto os espaços institucionais de gestão do PESET, sendo o mais importante e representativo o Conselho Consultivo, que constitui o principal espaço de deliberação entre gestores da unidade de conservação e representantes da sociedade civil. À época, este espaço já era ocupado por outros interessados nos rumos do PESET, tais como empresas e condomínios residenciais que se encontravam dentro ou nos arredores do Parque, associações de moradores de bairros próximos, além de representantes de universidades que atuavam na região. Porém, não havia representantes dos *sitiantes* ou de outras comunidades tradicionais com assento neste conselho. Isso porque, embora existissem associações de *sitiantes* e de comunidades tradicionais desde 1998, esses agrupamentos não estavam juridicamente aptos à participação nestes espaços institucionais, uma vez que para integrar o Conselho Consultivo precisavam formalizar as associações promovendo seu registro de Pessoa Jurídica, ou seja, dependiam de um CNPJ.

As reuniões entre *sitiantes* e outras comunidades tradicionais da região aconteciam no espaço comum do Sítio Manoel Bomfim onde antes era o lugar de armazenar a produção agrícola, ainda na época de Manoel Lisboa da Costa e, posteriormente, de Manoel Lisboa da Costa Filho.

Esse espaço era, além de um espaço relacionado ao trabalho agrícola, um espaço de congregação, sociabilidade e lazer entre aqueles trabalhadores e suas famílias, visto que também era o lugar onde aconteciam as festas familiares e comunitárias. Desta forma, Renatão tomou a iniciativa de preparar o espaço, que embora estivesse abandonado e degradado ainda ocupava um lugar de afeto na memória dos habitantes dos sítios da região, para torná-lo novamente útil às reuniões de organização dos *sitiantes* e comunidades tradicionais do Engenho do Mato e da região do PESET.

Com o objetivo de arrecadar recursos para custear a formalização das associações, mas também com o objetivo de tornar as reuniões mais atrativas à participação de maior número de *sitiantes* interessados nos rumos do PESET e na permanência em seus sítios, passaram a incorporar às atividades de organização a capoeira e, na sequência, a feijoada cozida na lenha – receita tradicional da família

Bonfim, que utilizava este método de cocção devido à estrutura e aos materiais disponíveis no lugar. Posteriormente, o grupo “Choro Malandro” se incorporou às atividades de organização, a partir da relação pretérita que tinham com Renatão, consequência do trabalho deste como segurança na casa de samba “Coisas da Antiga”, localizada em Itaipu, onde o grupo costumava se apresentar. Assim, tiveram início os sambas acompanhados de feijoada uma vez ao mês, passando a acontecer semanalmente devido ao sucesso desses eventos.

Com os recursos financeiros angariados nesses encontros, foi possível formalizar duas associações entre 2003 e 2004 – a Associação dos Sitiantes da Serra da Tiririca (ASSET) e a Associação das Comunidades Tradicionais do Engenho do Mato (ACOTEM), ambas com sede no espaço de convivência da comunidade do Grotão – e, com seus registros, puderam, finalmente, ocupar assentos permanentes no principal espaço institucional de discussão sobre os rumos do Parque – o Conselho Consultivo.

Interessante notar a dupla afirmação identitária presente na comunidade do Sítio Manoel Bonfim, como *sitiante*, mas também como comunidade tradicional, visto que seu patriarca havia adquirido aquelas terras da mesma forma que outros *sitiantes*, valorizando sua trajetória de resistência, mas também enxergando suas práticas comunitárias e ancestrais enquanto saberes tradicionais.

Nesse sentido, em paralelo aos movimentos de organização para compor os espaços institucionais de deliberação sobre o PESET, a comunidade começava a reivindicar sua trajetória e suas práticas locais como responsáveis pela preservação do Meio Ambiente, defendendo uma posição na qual não haveria Meio Ambiente a ser especialmente protegido e preservado se não fosse pelas práticas de uso e ocupação do solo durante as épocas em que a comunidade vivia das plantações. Sendo assim, passaram a demonstrar interesse e respeito pelas práticas consideradas ambientalmente corretas por ambientalistas e gestores do Parque na tentativa de demonstrar nas arenas públicas a possibilidade de coexistência com a natureza sem depredar aquele patrimônio difuso da sociedade brasileira - o Meio Ambiente equilibrado - , para isso conformando novas formas de ação política e buscando as formas legítimas e mais aceitáveis de influenciar os sentidos em disputa nas arenas públicas, ou, em outras palavras, novas formas de justificação diante da emergência de novos conflitos (PELÁEZ, 2016).

A comunidade do Grotão buscou constituir aliados na organização da sua resistência pela permanência para além daqueles diretamente interessados, tais como outros sitiantes e comunidades tradicionais, tendo se aproximado de pesquisadores das

universidades que atuavam na região, mas também de militantes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Sobretudo Renatão, cuja filiação ao referido partido o alçou à uma posição de destaque na política fluminense, tendo ele se candidatado nas eleições de 2012 ao cargo de vereador com o nome “Renatão do Quilombo”, tendo sido eleito suplente e, posteriormente, assumido uma cadeira na Câmara Municipal por aproximadamente dois meses em 2013, quando foi noticiado pela imprensa como o primeiro vereador quilombola do Brasil.

Enquanto brevemente no cargo de vereador, foi autor de projeto de lei, posteriormente aprovado e sancionado, que institui o dia 09 de agosto como Dia Municipal de Resistência das Comunidades Tradicionais, em referência ao dia da demolição da casa de Seu Bichinho, principal liderança e patriarca da comunidade do Morro das Andorinhas.

Essa dimensão política de Renatão aparece muito claramente como um dos elementos de construção do Quilombo do Grotão, visto que ele não é um ator político por si só, mas sim adotou uma determinada linha de atuação política de acionamento e valorização da ancestralidade com o objetivo de representar legitimamente um determinado grupo, os *sitiantes* e as outras comunidades tradicionais de Niterói que estivessem em situação de conflito com as agendas ambientais.

De acordo com Renatão, foi por volta de 2013 que passaram a ter a “consciência de ser preto de verdade”, a partir do cerne da luta pela permanência. Ou seja, é a partir da relação de aliança com atores externos à comunidade, tais como o PSOL e pesquisadores das universidades que atuavam na região, que a comunidade do Grotão enxerga a possibilidade de manejar a identidade como um mecanismo que sempre esteve presente no bojo de sua história de resistência (PELÁEZ, 2016).

Em princípio, lançam mão de seu auto-reconhecimento enquanto comunidade tradicional de *sitiantes* que resistiram ao longo do tempo às sempre iminentes ameaças de remoção da terra ocupada ancestralmente, inspirados no caso da comunidade tradicional do Morro das Andorinhas, que conseguiu resistir e permanecer dentro do Parque ao identificar-se enquanto comunidade tradicional.

Porém, essa identidade forjada na memória da luta pela permanência em seu lugar vai conformando gradativamente um movimento de ressignificação das práticas e da história do Grotão que vão além do “ser tradicional”, possibilitando a reconstrução da identidade a partir do pertencimento identitário da comunidade enquanto remanescentes de quilombo, passando a construir suas diferenças e estabelecer os seus

limites em relação aos demais atores envolvidos nos processos que têm lugar na região, tais como outras comunidades tradicionais e demais *sitiantes*, pesquisadores, partidos políticos e gestores da unidade de conservação.

A partir desse trabalho de resgate das memórias individuais vai se construindo uma memória coletiva da comunidade do Sítio Manuel Bonfim, que passa a reivindicar a identidade quilombola e adotam o nome de Quilombo do Grotão, tendo encontrado na figura de Renatão, neto de Manuel Bonfim e Maria Vicência, uma forte e carismática liderança. Porém, seria necessário um longo caminho (que ainda está sendo trilhado) entre a tomada de consciência da própria identidade e seu reconhecimento jurídico com a titulação definitiva do território quilombola à luz do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que compõem a CRFB/1988, e do Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta as etapas e procedimentos administrativos formais necessários para o Reconhecimento definitivo das comunidades remanescentes de quilombo perante o Estado brasileiro. Isso porque, apesar do Estado brasileiro reconhecer a auto-atribuição identitária como critério de definição das identidades étnicas, este não abre mão de certificar esta auto-atribuição, sendo esta apenas a primeira, mais célere e mais simples etapa do tortuoso caminho burocrático até o reconhecimento formal e definitivo do Quilombo do Grotão.

O caminho formal a ser percorrido nesta primeira etapa de obtenção da certidão de autodefinição junto a Fundação Cultural Palmares (FCP) estava previsto e regulamentado, à época, pela Portaria FCP nº 98/2007, que previa (assim como sua atualização, em 2022) a exigência de um dossiê composto pela ata da assembleia da associação comunitária que deliberou por maioria absoluta de seus membros pela autodefinição enquanto comunidade remanescente de quilombo, documentos e informações que atestem a história comum do grupo e suas manifestações culturais, relato sintético da trajetória comum do grupo de modo que retrate a história da comunidade e, por fim, uma solicitação formal ao presidente da FCP para emissão da certidão de autodefinição.

Sendo assim, Renatão deu início à essa primeira etapa dos trâmites formais para o Reconhecimento do Quilombo do Grotão em julho de 2015 (poucos meses após a aprovação do Plano de Manejo do PESET), tomando a iniciativa de buscar e reunir os documentos existentes sobre o Quilombo, também solicitou a assessoria dos pesquisadores presentes na comunidade, a fim de reunir os trabalhos acadêmicos ali desenvolvidos e outras comprovações das atividades realizadas pelo Quilombo nos

últimos anos para compor o dossiê. Além disso, convocou, para o dia 01 de agosto de 2015, e se dedicou a divulgar a assembleia da associação que tinha por objetivo específico deliberar sobre a autodefinição quilombola, mas também recolher relatos, depoimentos, memórias e testemunhos dos membros da comunidade que pudessem embasar o tal “relato sintético da trajetória da comunidade”, nos moldes exigidos pela Portaria FCP 98/2007 (PELÁEZ, 2022).

Realizada a assembleia e, após a concordância dos membros da comunidade do Grotão presentes, se procedeu a confecção da ata daquela reunião, formalizando a decisão da comunidade de se autodefinir enquanto remanescente de quilombo, ou seja, *acoplado* (LOBÃO, 2014) aquela identidade vivida à identidade normatizada a fim de garantir legitimidade e visibilidade no âmbito das formalidades burocráticas e nas identidades mobilizadas nas arenas públicas.

Os próximos passos no percurso do Reconhecimento quilombola era a redação do relato da trajetória da comunidade e da carta com a solicitação formal e expressa de emissão da certidão de autodefinição que deveria ser dirigida ao presidente da FCP. Para tanto, contou mais uma vez com a assessoria de seus aliados externos, que se engajaram na elaboração de toda a documentação necessária a partir de sucessivas, recorrentes e contínuas revisões por parte de vários dos atores externos e internos, a fim de se evitar quaisquer falhas (PELÁEZ, 2016). Após alguns meses de revisão e reconstrução desses documentos, Renato finalmente deu entrada no processo de solicitação da certidão de autodefinição na sede da FCP no Rio de Janeiro, tendo levado os documentos pessoalmente, em janeiro de 2016. No mês de maio de 2016, a FCP publicou no Diário Oficial da União a certidão de autodefinição quilombola em nome do Quilombo do Grotão, consubstanciando sua existência formal enquanto comunidade remanescente de quilombo – a primeira em Niterói.

Receitas de resistência

A comunidade do Quilombo do Grotão buscou constituir um discurso capaz de legitimar sua posição pela permanência, conjugando símbolos e valores em circulação nas arenas públicas, jogando o jogo das identidades e manipulando os artefatos da própria cultura, mas também da cultura envolvente, de modo que passaram de “invasores” e “degradadores ambientais” à fornecedores de serviços que englobam experiências lúdicas a partir do contato com a natureza, com a ancestralidade e com a

cultura negra, atendendo à demanda da população em geral por esse tipo de serviço ao mesmo tempo que estão garantindo não apenas sua permanência, mas também sustentabilidade econômica com trabalho e renda para os membros da comunidade através da comercialização desses serviços. Se, durante a segunda metade do Século XX, as primeiras gerações da família Bonfim forneciam produtos agrícolas (alimentos) para abastecer a população da cidade em expansão, agora, neste início de século, seus descendentes adaptaram suas atividades para atender à outro tipo de demanda por produtos-serviços relacionados à experiências naturais-culturais.

Assim sendo, consideramos interessante tratar desse aspecto a partir da análise das atividades econômicas organizadas “para fora” do Quilombo, uma vez que tais atividades trazem visibilidade para a demanda de Reconhecimento da comunidade enquanto parte integrante da história da região e da cidade de Niterói. Portanto, pretendemos tratar brevemente dessas atividades chamando atenção para os elementos que as constituem, como as rodas de samba, a feijoada na lenha, a decoração do ambiente e a proximidade e o respeito pela natureza.

As rodas de samba no Quilombo do Grotão iniciaram em dezembro de 2013 como uma tática elaborada pela comunidade a fim de tornar as reuniões comunitárias mais atraentes para os integrantes da comunidade, outros *sitiantes* e outras comunidades tradicionais da Serra da Tiririca. Essas reuniões, ali organizadas, tinham o objetivo de discutir os rumos do Parque e as ameaças às quais a chegada do meio ambiente as submetia, além de providenciar os instrumentos jurídicos necessários para a criação das associações devidamente constituídas que lhes abriram as portas para o Conselho Consultivo do PESET.

Sendo assim, as rodas de samba tinham a função inicial de atrair mais pessoas para as reuniões, nas quais a comunidade do Grotão oferecia a sua tradicional feijoada na lenha para os participantes, angariando fundos que seriam revertidos para cobrir as despesas inerentes aos trâmites formais necessários para a criação e registro das associações. Acontece que as expectativas da comunidade não foram apenas alcançadas, mas foram em muito superadas, uma vez que as rodas de samba são, atualmente, a atividade que acontece no território do Quilombo de maior amplitude e destaque, compondo o circuito do samba na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o que trouxe novas perspectivas para a comunidade.

O relato dos membros da comunidade dão conta de que esta fora uma ideia de Renatão, que iniciou a preparação da área do antigo Galpão para receber as rodas de

samba, tendo logo recebido ajuda de outros familiares. Foi também graças às relações pretéritas mantidas por Renatão durante o tempo em que trabalhou como segurança em no bar “Coisas da Antiga”, em Itaipu, que o grupo “Choro Malandro” se dispôs a tocar no Quilombo, inicialmente uma vez ao mês, tendo sido o primeiro grupo de músicos a se apresentar naquele lugar. Paulatinamente, os sambas foram ganhando cada vez mais projeção e trazendo cada vez maior visibilidade para o Quilombo, demandando uma estrutura cada vez maior para receber o público cada vez mais numeroso e atraindo outros músicos interessados em fazer daquele lugar seu palco de apresentações, passando os eventos a acontecerem com frequência semanal, sempre aos finais de semana.

A partir da chegada de mais músicos interessados em tocar no Grotão, as rodas de samba passaram a funcionar a partir da realização de projetos. Estes projetos constituem-se como uma espécie de coletividade provisória de músicos, geralmente encabeçada por um deles, responsável por convidar outros músicos para compor as rodas por ele idealizadas. Nesse formato, as rodas de samba possuem como característica principal o fato de não possuírem um repertório fechado e previamente pautado, mas os músicos decidem no ato, junto com o público presente, o repertório a ser ofertado em cada ocasião a partir de um sentimento compartilhado e intrínseco ao momento, às vezes denominado como “magia” por alguns músicos e frequentadores (PELÁEZ, 2022).

O acordo econômico com os músicos é de que esses recebem como cachê o pagamento da entrada dos frequentadores, enquanto o Quilombo arrecada os valores provenientes da venda das comidas e das bebidas comercializadas no local. Sendo assim, a relação é de que o samba atrai o público que, por sua vez, consome os produtos e experiências oferecidos pelo Quilombo, sendo esta uma parceria de sucesso ao longo dos anos. Importante notar que cada “projeto” tem sua especificidade e seu mote, atraindo diferentes públicos.

Um dos projetos mais antigos ainda em atividade no Quilombo é o Samba de Fé, encabeçado por André Jamaica e que completou 10 anos em março de 2024. Iniciando o ciclo mensal dos sambas no Grotão, tem como principal foco a visibilidade das religiões de matriz afro-brasileira, o combate à intolerância religiosa através da informação e a desmistificação dos cultos de matriz afro-brasileira, acontece no primeiro sábado de cada mês sempre com o objetivo de homenagear à um orixá, geralmente relacionado ao mês em andamento. Além dos sambas, também há falas engajadas durante a roda e

apresentações de convidados para explanação de questões consideradas relevantes para a religiosidade e outros assuntos caros à promoção e visibilidade da cultura negra.

No segundo sábado de cada mês, tem lugar o projeto Mironga, organizado por Rodrigo Rios, músico envolvido com a promoção do jongo na cidade de Niterói, especialmente na Praça da Cantareira a partir da realização do Jongo da Amendoeira, projeto fruto de sua extensa pesquisa junto a comunidades quilombolas durante seu tempo de estudante de serviço social na UFF. Como consequência desse projeto, passou a se dedicar ativamente à promoção da cultura negra, sobretudo o jongo. Segundo Peláez (2022), Renatão valoriza muito a relação com Rios, visto que, apesar de o jongo não aparecer como parte das atividades presentes na memória do Grotão, este faz parte da agenda política de resistência cultural que é construída aos poucos na comunidade pelo trabalho de operação e transação dos artefatos simbólicos e políticos nos processos de construção identitária e de empretecimento (PELÁEZ, 2022).

Dando continuidade ao ciclo dos sambas no Quilombo, o projeto Samba Entre Amigos acontece no segundo domingo de cada mês e conta com o bamba Carlinho Sete Cordas como cabeça. Figura de renome no mundo do samba, Sete Cordas foi produtor de Beth Carvalho e outros artistas que alcançaram fama e popularidade para além dos circuitos tradicionais do samba. Inicialmente intitulado “Galo com Batata”, o projeto liderado por Sete Cordas tem como foco principal a exaltação do samba como gênero musical afro-brasileiro, exaltando outros ritmos de origem africana. Foi através dessa parceria com o Quilombo que se deu a iniciativa de promoção dos “projetos”, além da projeção internacional alcançada por Mariana Braga, musicista e membro da quarta geração da família Bonfim (PELÁEZ, 2022).

O prato principal que acompanha os sambas é a tradicional feijoada cozida na lenha, guarnecida de arroz branco, couve mineira, farofa, torresmo e laranjas. Conforme tratei mais acima, a ideia de oferecer a feijoada é anterior à realização das rodas de samba e tinha por objetivo oferecer alimentação para os participantes das reuniões comunitárias sobre os rumos do PESET e a organização das associações ASSET e ACOTEM, mas também de angariar recursos financeiros a fim de arcar com as despesas necessárias à constituição e registro dessas entidades. Com a posterior consolidação das rodas de samba no Grotão, a feijoada continuou a ser comercializada como o principal produto oferecido pela comunidade, assim como sua principal fonte de renda.

A tradicional receita da família Bonfim foi ensinada à Renatão por sua irmã Maria Luzia, que trabalhou como cozinheira durante muitos anos em restaurantes da

região, e já fazia parte dos dias de festa promovidos pela família e oferecido aos vizinhos e amigos nestas ocasiões. Assim que Renatão teve a ideia de convocar os familiares e outras comunidades tradicionais para as primeiras reuniões comunitárias, pensou logo em servir a feijoada por considerar a receita a mais adequada à estrutura e aos recursos disponíveis no local.

O método de feitura é longo e repleto de detalhes e cuidados que garantem a qualidade do prato, constituindo-se como uma tarefa coletiva. Sendo assim, a receita começa a ser preparada com uma antecedência de dois dias, ao se colocar as peças de carnes de porco que dão sabor ao prato de molho para dessalgar em grandes panelas de alumínio sobre o fogo de um fogão a gás, trocando constantemente a água ao longo do dia. No dia seguinte, os grãos do feijão são selecionados para retirar qualquer impureza ou grãos ruins, feito isso o feijão é colocado para cozinhar em outras grandes panelas de alumínio que são levadas ao fogão à lenha, às quais são aos poucos incorporadas as carnes já dessalgadas, onde passam muitas horas cozinhando vagarosamente, criando o saboroso caldo que caracteriza o prato (PELÁEZ, 2022). Enquanto o feijão e as carnes cozinham, outros processos tomam lugar na cozinha, tais como fatiar a couve mineira, descascar o alho e preparar o torresmo para fritura. Durante este dia, também se dedicam a descascar o aipim, também servido, frito, como petisco durante os eventos no Grotão, deixando-os prontos para fritar. No dia seguinte, dia em que a feijoada já será servida ao público, ainda se faz necessário retemperar o feijão, fazer o arroz, a farofa, fritar o torresmo, refogar a couve e descascar e fatiar as laranjas.

Quem comanda os processos de feitura da feijoada na lenha é Renatão, passando instruções e orientações aos demais cozinheiros. Apesar disso, nos dias de evento, atualmente a cozinha é levada por Alexandre, sobrinho de Renatão, que é auxiliado por outros familiares e amigos.

Finalizada a preparação, os componentes do prato são colocados em panelas de barro que são dispostas no salão sobre um fogão à lenha, em frente à roda de samba, onde se mantém aquecidas para ser servida ao público. Durante os eventos, funcionários fiscalizam o abastecimento da comida e dos utensílios, tomando sempre cuidado para que não falte nenhum complemento a fim de garantir a disponibilidade da experiência completa do prato ao público.

Neste sentido, a feijoada no Grotão é um importante elemento de congregação que convida as pessoas a fazerem parte de uma coletividade provisória, remontando ao fato de que a feijoada apareceu como um atrativo chave de construção de um coletivo

quando do início das reuniões entre os *sitiantes* para discutir a situação territorial e, ainda, ao fato de que a referida receita já era oferecida aos amigos da família Bonfim para aproveitar com eles momentos de lazer.

Considerações finais

Entendemos que a resistência da família Bonfim na defesa de sua terra enquanto o seu lugar no mundo e a consequente *ressurgência* de práticas ancestrais pode ser conectada às demais lutas vividas no mundo moderno. Como vimos, esses diferentes modos de reativação podem se conectar e abrir caminho para uma criatividade política potente capaz de criar interstícios e fissuras capazes de abrigar modos de existência distintos, tornando legítimas outras formas de viver.

O fio narrativo foi aqui traçado a partir do caso da trajetória de resistência de uma comunidade familiar através do último século (1920 - 2020). Buscamos evidenciar a associação direta entre a relação desta comunidade familiar com a terra e as práticas e saberes locais no caso estudado – o Quilombo do Grotão. Vimos como uma família de *sitiantes* descendentes de escravizados conseguiu resistir às constantes ameaças de expulsão de suas terras através da reivindicação do direito de permanecer em seu lugar a partir de um jogo de identidades imaginadas responsáveis pela ativação de sua ancestralidade galgada nas memórias de seus integrantes, inicialmente enquanto *sitiantes* e, mais tarde, enquanto comunidade tradicional para, finalmente, se enxergarem enquanto remanescentes de quilombo, logrando reunir aliados em seu entorno durante todo o processo. Tratamos este caso como um exemplo material de como criar novos possíveis através de novas formas de ação política capazes de recriar vínculos comuns e compartilhados. Neste sentido, vimos também como os antigos laços de sociabilidade entre a comunidade do Grotão e outros *sitiantes* e outras comunidades tradicionais da região foram reativados diante das novas ameaças que a chegada do meio ambiente representou.

Diante destas novas ameaças é que a comunidade do Grotão passa a se enxergar enquanto comunidade negra e refletir sobre sua própria trajetória enquanto relacionada com os processos sociais que marcaram o Brasil moderno e continuam a reverberar na contemporaneidade, fazendo com que a identidade apareça de forma cada vez mais pragmática como fundamento da mobilização política com o objetivo de acoplar-se às normatividades emergentes no contexto da redemocratização para reivindicar o

reconhecimento formal da identidade de remanescente de quilombo como ferramenta objetiva para acessar o direito de permanecer em seu lugar, porém sem desconsiderar suas particularidades e nuances da realidade, para tornarem-se agentes de sua própria história e, a partir daí, reestruturar uma forma de ação política que antes não estava presente. Assim, a negritude toma centralidade como processo paulatino e internamente negociado de empreecimento insurgente, tomando para si símbolos e valores em circulação nas arenas públicas como forma de legitimação de suas pautas de luta para além da permanência, somando a esta pauta a promoção, valorização e respeito pela cultura do povo negro através da afirmação e externalização da punjança desses processos que conduzem ao reconhecimento público.

A promoção de eventos com rodas de samba e feijoada se reafirmam, então, como uma forma de desalienação, ou seja, de tomada de consciência do poder de congregação destas novas formas de ação política, enquanto o respeito e consideração pelo o que são consideradas “boas práticas ambientais” pelos agentes do Estado e pela sociedade envolvente aparece como mecanismos de adaptação daqueles *saberes-fazeres* tradicionais diretamente responsáveis pela manutenção ambiental daquele fragmento de Mata Atlântica que, justamente por estar preservado, passou a merecer a atenção de ambientalistas enquanto objeto prioritário das políticas públicas de preservação.

Dito isto, parece importante destacar as dimensões econômica e política do Quilombo do Grotão. Em sua dimensão econômica, retratada principalmente na promoção de eventos com rodas de samba e na comercialização da feijoada na lenha, destacamos que está longe de ser um empreendimento capitalista com objetivo primário de obtenção de lucro e acumulação de capital financeiro. Esperamos ter demonstrado que esta iniciativa por parte da comunidade foi e continua sendo fundamental para garantia de sua autonomia frente aos atores externos e, também, como uma alternativa econômica viável às atividades agrícolas que não poderiam mais encontrar lugar diante das políticas de preservação ambiental à ela impostas, enquanto uma garantia de fonte de renda para os membros da comunidade, sem que estes tenham que buscar trabalho fora da comunidade de modo a integrar o mercado de trabalho através da venda de sua força de trabalho e entregando-se à exploração da *mais-valia*. Ao contrário, encontraram uma forma de conciliar as suas demandas por direitos com as demandas da sociedade urbana envolvente que, acometida por certa vertigem causada por experiências plásticas empurradas goela abaixo pelo capital, buscam experiências tidas como autênticas e compartilhadas, sendo este o principal produto comercializado no Grotão.

Em sua dimensão política, destacamos a habilidade de buscar aliados que os apoiasse na luta pela permanência, inicialmente organizando uma frente de resistência com os demais sitiados e outras comunidades tradicionais ameaçadas pelo Parque e através de parcerias com pesquisadores das universidades atuantes na região, além da aproximação com membros do Partido Socialismo e Liberdade, relação esta que resultou na filiação da principal liderança comunitária ao partido e, posteriormente, em suas candidaturas eleitorais, tendo-lhe rendido uma vitória eleitoral como vereador suplente. Argumentamos que a projeção alcançada mediante estes mecanismos da política eleitoral e pela atividade parlamentar, consagrando-se como o primeiro vereador quilombola do país, parece ter sido determinante para a tomada de consciência da identidade quilombola a partir da relação da trajetória da comunidade com as injustiças sociais estruturais inerentes aos processos de formação da sociedade brasileira e sobre os significados do que é ser negro no Brasil.

Outra característica que merece destaque é o dinamismo presente na comunidade do Grotão, apresentando-se como uma comunidade viva, um quilombo contemporâneo que está sempre disposto a rever as suas práticas e a incorporar outros elementos da cultura negra que, embora não façam parte da memória dos membros da comunidade, são considerados por eles importantes na representação e na promoção desta cultura, tais como o movimento do jongo e do artesanato, construindo com esses movimentos parcerias duráveis. Neste sentido, o Grotão está sempre em constante transformação, rejeitando qualquer modelo cristalizado e proscrito, tendo sua identidade construída na trajetória, no traço que liga um passado reconstruído através das memórias coletivas a um presente cotidianamente feito.

Apresentamos como a ancestralidade negra ligada à luta e resistência cultural em face da escravidão, o apagamento histórico e as injustiças sociais estruturais tais como a impossibilidade de acesso à terra e a vulnerabilidade quanto à violência no campo é lugar comum das comunidades negras que ocupam seus territórios exatamente porque esta ocupação é em si resistência, acima de tudo, cultural e, portanto, descreve exatamente os quilombolas contemporâneos, que atualizaram suas pautas e lutam contra o racismo, a invisibilidade jurídico-social e a degradação da Natureza e outras pautas transversais e minoritárias através da reativação de sua cultura ancestral e da criação de novos vínculos.

Concluimos que esta reativação da ancestralidade acontece em um lugar situado no tempo-espço e por uma circunstância determinada – o Sítio Manuel Bonfim e a

expulsão iminente – lugar culturalmente rico em saberes e viveres e memórias, abrindo caminho e sendo exemplo de novas conformidades possíveis que não passam pela separação natureza-cultura, mas onde a preservação da biodiversidade perpassa pela preservação da diversidade cultural. A esperança é de que este caso concreto possa nos oferecer uma lição sobre como nos proteger nessa era das catástrofes, nesses tempos de fim de mundo. Mais do que um exemplo de resiliência, dado os violentos processos históricos sofridos e suas consequências nefastas que não cansam de repercutir em nossos tempos, podemos aprender com eles a nos reinventar, reativando aquilo que cria vínculos entre nós e os outros e as coisas, aquilo que restabelece a nossa capacidade de pensar em conjunto e nos preenche de conteúdo e nos anima a resistir, tal como a ancestralidade negra expressa nas rodas de samba e feijoada na lenha para a comunidade do Grotão. Isto porque a ideia de resiliência está relacionada com o conceito de adaptação elástica dos organismos ao ambiente, enquanto reinventar-se está relacionado com a perspectiva de que os organismos criam seu ambiente em conjunto com as coisas. Dito isto, o que consideramos importante é a possibilidade de aprendermos com eles novas formas de ação política, novas receitas de resistência.

Referências

ACOTEM – ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ENGENHO DO MATO. Quilombo do Grotão: práticas de habitar o tempo. Editora Uaná: Niterói, 2023. Disponível em: <https://www.editorauana.com.br/files/ugd/dbb126_5dee4af178fa4fb59a71a499033133a0.pdf>. Acesso em: 10/07/2024.

AFONSO, Rodrigo Vilhena Herdy. Uma análise sociojurídica sobre o lugar do Quilombo do Grotão (Niterói/RJ): feijoada e outras receitas de resistência. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

GUSMÃO, Cainã Carneiro. O Processo de Institucionalização do Movimento Ambientalista de Niterói (1980 - 1991): O público e o porvir provável. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/2187.pdf>>. Acesso em: 10/07/2024.

LOBÃO, Ronaldo. Acoplamentos e engajamentos em defesa de direitos culturais: a construção de ideologias e discursos que informam políticas de governo e ações na sociedade. Mimeo, 2014.

MENDONÇA, Lucia Maria Velasco Machado de. De fazenda a bairro: Notas para a historiografia do Engenho do Mato. Trabalho de conclusão de curso de pós-graduação

Lato Sensu em História do Brasil, UFF. Niterói, 2008. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/12fZcrUcf03SleKefj0zy21L8tpdXvEzk/view?usp=sharing>>. Acesso em: 10/07/2024.

NASCIMENTO, Camila Aguiar Lins do. “Essa coisa de tradicional”: uma análise da luta pela permanência a partir da festa da comunidade tradicional do Morro das Andorinhas em Niterói/RJ. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

PELÁEZ, Daniela Velásquez. Nomeando o inominável: identidade, afirmação e acoplamento no Quilombo do Grotão. Dissertação (mestrado). PPGA/UFF, 2016.

_____. Identidade em devir: circulação de normatividades e empretecimento no Quilombo do Grotão. Tese (doutorado). PPGA/UFF, 2022.

PEREIRA, Irênio Lopes. Plano de Ação Agrária: estudo sobre a fazenda Engenho do Mato. IBGE, 1962. Disponível em : <https://drive.google.com/file/d/1W9JvaNDFruQvKo7RhnRV6eYxyGGxpkBX/view?usp=sharing>>. Acesso em: 10/07/2024.

PERUTTI, Daniela Carolina. Tecer amizade, habitar o deserto: uma etnografia do quilombo Família Magalhães (GO). 2015. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-11052016-132211/>. Acesso em: 10 jul. 2024.